

MOB
Participações S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

MOB Participações S.A.

Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MOB Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MOB Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior auditado por outros auditores

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram examinadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram relatório de auditoria datado de 30 de março de 2021 sem ressalvas.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos em combinação de negócios

Veja a Nota 1.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária MOB Serviços de Telecomunicação S.A., obteve controle das entidades Fortel Fortaleza Telecomunicações S.A., Tix Telecomunicações Ltda. e ISW Provedor de Internet Ltda.</p> <p>A combinação de negócios foi contabilizada de acordo com o método de aquisição, que inclui o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).</p> <p>As estimativas associadas com a contabilização da aquisição das controladas envolvem julgamentos relevantes na determinação de premissas como a taxa de desconto estimada, a taxa de crescimento da receita e estimativa de não renovação da base de clientes, que são base para mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e conseqüentemente do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).</p> <p>Considerando a complexidade da mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e do ágio em uma combinação de negócios, bem como das premissas utilizadas nas referidas mensurações, e a magnitude que o impacto de eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>(a) Avaliação e análise de sensibilidade, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação dos valores justos alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos pela Companhia;</p> <p>(b) Comparação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções utilizadas no cálculo independente realizado por consultores independentes contratados pela Companhia com dados projetados e históricos, por exemplo, em relação ao crescimento econômico projetado e às estimativas de não renovação de clientes, de forma a analisarmos a razoabilidade das premissas utilizadas;</p> <p>(c) Recálculo, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções preparadas por consultores independentes que suportam a determinação dos valores justos com base nas premissas definidas;</p> <p>(d) Testamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, o ágio por expectativa de rentabilidade futura de acordo com as premissas definidas e comparação com a apuração realizada</p>

financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

pela Companhia e seus consultores;

(e) Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, bem como na apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, decorrente das combinações de negócios, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

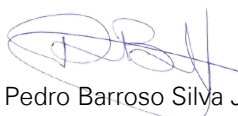
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 S-CE



Pedro Barroso Silva Junior

Contador CRC CE-021967/O-5

MOB Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.086	35.000	120.160	46.833	Fornecedores	15	1.887	53	163.228	49.255
Aplicações financeiras	7	-	-	3.542	-	Empréstimos e financiamentos	16	6.661	-	74.443	76.440
Contas a receber de clientes	8	-	43	53.751	24.429	Debêntures	17	-	-	18.806	-
Serviços a faturar		-	-	2.953	-	Obrigações trabalhistas	19	56	526	12.660	7.322
Estoques		-	-	-	16.225	Passivo de arrendamento	18	-	-	17.453	4.809
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	2.496	1.720	Obrigações tributárias	20	73	67	6.953	4.203
Adiantamento a fornecedores		-	2	1.331	1.766	Imposto de renda e contribuição social	29	-	-	6.673	869
Impostos a recuperar	9	193	112	9.211	1.166	Instrumentos financeiros derivativos		-	-	1.232	-
Imposto de renda e contribuição social	29	-	-	3.754	1.403	Parcelamentos tributários	21	-	-	5.442	3.087
Outras contas a receber		220	350	1.986	2.122	Dividendos a pagar		-	3.000	100	3.000
Total do ativo circulante		2.499	35.507	199.184	95.664	Impostos diferidos	29	-	-	218	-
						Obrigações com partes relacionadas	11a	26.431	-	-	-
Aplicações financeiras	7	-	-	10.751	-	Obrigações com aquisição de controladas	1.3.5	5	-	11.055	-
Títulos de capitalizações		-	-	2.705	1.970	Outras contas a pagar		1	9	6.857	2.635
Créditos com partes relacionadas	11a	52	52	2.325	-	Total do passivo circulante		35.114	3.655	325.120	151.620
Impostos a recuperar	9	-	-	2.579	490	Fornecedores	15	-	-	43.010	15.410
Impostos diferidos	29	-	-	1.673	-	Empréstimos e financiamentos	16	1.665	-	62.933	29.781
Ativo indenizatório	10	-	-	6.445	1.345	Debêntures	17	111.999	-	292.668	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11a	-	15.591	-	-	Passivo de arrendamento	18	-	-	19.103	7.280
Total do realizável a longo prazo		52	15.643	26.478	3.805	Provisão para contingências	22	13	-	595	480
						Parcelamentos tributários	21	-	-	13.080	8.399
Investimentos	12	457.177	75.870	4.057	-	Provisão para perda de investimentos	12	-	37	-	-
Imobilizado	13	2	2	741.802	225.300	Obrigações com aquisição de controladas	1.3.5	-	-	31.000	-
Intangível	14	131	143	230.189	14.135	Outras contas a pagar		-	-	-	4.615
Total do ativo não circulante		457.310	91.658	976.048	239.435	Obrigações com partes relacionadas	11a	-	2.564	11.575	410
						Total do passivo não circulante		113.677	2.601	473.964	66.375
						Patrimônio líquido	23				
						Capital social		296.019	108.520	296.019	108.520
						Gasto com emissão de ações		(2.906)	(2.906)	(2.906)	(2.906)
						Reserva legal		1.604	1.471	1.604	1.471
						Reserva de lucros		16.353	13.824	16.353	13.824
								311.070	120.909	311.070	120.909
						Participação dos não controladores		-	-	91.556	-
						Total do patrimônio líquido		311.070	120.909	402.626	120.909
Total do ativo		459.861	127.165	1.201.710	338.904	Total do passivo e patrimônio líquido		459.861	127.165	1.201.710	338.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MOB Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	24	-	366.127	159.715
Custo dos serviços prestados	25	-	(184.973)	(79.638)
Lucro bruto		-	181.154	80.077
Receitas/(despesas) operacionais				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	8	-	(8.164)	(7.336)
Despesas com vendas	26	-	(60.848)	(25.012)
Despesas gerais e administrativas	26	(7.059)	(55.375)	(18.574)
Despesas tributárias	26	-	(2.734)	(143)
Outras receitas e (despesas) operacionais	27	-	15.234	3.168
Resultado de equivalência patrimonial	12	25.949	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		18.890	69.267	32.180
Receita financeira	28	461	12.583	3.749
Despesa financeira	28	(16.689)	(55.937)	(21.957)
Lucro antes dos impostos sobre a renda		2.662	25.913	13.972
Impostos sobre a renda - corrente	29	-	(14.534)	(1.332)
Impostos sobre a renda - diferido	29	-	874	-
Subvenções - Incentivo Lucro da Exploração	29	-	5.897	-
		-	(7.763)	(1.332)
Lucro líquido do exercício		2.662	18.150	12.640
Atribuível aos				
Acionistas controladores		2.662	2.662	12.637
Acionistas não controladores		-	15.488	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MOB Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	2.662	12.637	18.150	12.640
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.662	12.637	18.150	12.640
Atribuível aos				
Acionistas controladores	2.662	12.637	2.662	12.637
Acionistas não controladores	-	-	15.488	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MOB Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas e controladores										
	Notas	Capital	Capital social a integralizar	Gasto com emissão de ações	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total	Participações de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		20	-	-	839	24.655	-	25.514	9	25.523
Subscrição de capital social		165.000	(165.000)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social		-	108.500	-	-	-	-	108.500	-	108.500
Gasto com emissão de ações		-	-	(2.906)	-	-	-	(2.906)	-	(2.906)
Transações com acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	12.637	12.637	3	12.640
Constituição da reserva legal	23	-	-	-	632	-	(632)	-	-	-
Distribuição de dividendos de períodos anteriores	23	-	-	-	-	(19.837)	-	(19.837)	-	(19.837)
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	-	(2.999)	(2.999)	-	(2.999)
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	-	9.006	(9.006)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		165.020	(56.500)	(2.906)	1.471	13.824	-	120.909	-	120.909
Subscrição de capital social		212.999	(212.999)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social		-	187.499	-	-	-	-	187.499	-	187.499
Transações com acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	76.068	76.068
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	2.662	2.662	15.488	18.150
Constituição da reserva legal	23	-	-	-	133	-	(133)	-	-	-
Constituição da reserva de lucros		-	-	-	-	2.529	(2.529)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		378.019	(82.000)	(2.906)	1.604	16.353	-	311.070	91.556	402.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

MOB Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.662	12.637	18.150	12.640
Resultado de equivalência patrimonial	12 (25.949)	(16.294)	-	-
Resultado de alienação de ativo imobilizado/intangível	13/14 -	-	42	1.501
Depreciações	13 -	62	42.041	16.259
Amortizações	14 12	-	3.432	-
Contingências	22 13	-	205	336
Constituição de ativo idenizatório	10 -	-	(6.445)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(874)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	29 -	-	8.637	1.332
Parcelamentos tributários	-	-	7.036	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8 -	-	8.164	7.336
Juros sobre passivos de arrendamento e efeito remensuração	18 -	-	1.994	-
Juros provisionados e não pagos s/ empréstimos	16 535	-	13.408	9.174
Juros provisionados e não pagos s/ debêntures	17 11.999	-	24.107	-
Outros	(557)	(251)	(1.087)	(251)
Lucro líquido ajustado	(11.285)	(3.846)	118.810	48.327
(Aumento)/redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	8 43	59	(18.500)	(10.842)
Estoques	-	-	16.658	(12.736)
Depósitos judiciais	22 -	-	(90)	-
Adiantamento a fornecedores e outras contas a receber	-	(332)	-	(510)
Impostos a recuperar	9 (81)	(19)	(1.747)	(1.354)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	15 1.834	25	94.441	37.019
Obrigações trabalhistas	19 (470)	526	(2.307)	3.149
Obrigações tributárias	20 6	67	(9.721)	2.247
Outras contas a pagar	(7)	7	(2.745)	704
Obrigações com aquisição de controladas	1.3 5	-	(12.422)	-
Caixa líquido gerado ou (aplicado) pelas atividades operacionais	(9.823)	(3.513)	182.377	66.004
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(10.531)	-
Caixa líquido gerado ou (aplicado) provenientes das atividades operacionais	(9.823)	(3.513)	171.846	66.004
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Títulos de capitalizações	-	-	(735)	(950)
Empréstimos a partes relacionadas	-	(14)	3	6.369
Aplicações financeiras	7 -	-	2.745	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(15.591)	-	-
Integralização de capital em investidas	12 (342.248)	-	-	-
Aquisição de controladas líquido do caixa da adquirida	1.3.4 -	(3.645)	(60.287)	-
Aquisição de bens do imobilizado	13 -	-	(335.931)	-
Aquisição de bens do intangível	14 -	-	(111.960)	(129.638)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(342.248)	(19.250)	(506.165)	(124.219)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	23 187.499	108.500	187.499	108.500
Gasto com emissão de ações	23 -	(2.906)	-	(2.906)
Pagamento de dividendos	-	(20.915)	-	(20.915)
Captação de debêntures	17 100.000	-	300.000	-
Pagamento de debêntures	17 -	(16.957)	-	(16.957)
Pagamento de debêntures - juros	-	-	(12.633)	-
Empréstimos e financiamentos - captações	16 10.000	-	56.984	72.076
Empréstimos e financiamentos - juros	16 (91)	-	(7.762)	(2.513)
Empréstimos e financiamentos - amortização principal	16 (2.118)	-	(95.273)	(34.446)
Passivo de arrendamento - amortização (principal e juros)	18 -	-	(16.721)	(6.251)
Empréstimos de partes relacionadas	-	23.867	(9.964)	16
Parcelamentos tributários	21 -	-	-	(2.559)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	319.157	57.758	407.646	94.045
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(32.914)	34.995	73.327	35.830
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	35.000	5	46.833	11.003
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.086	35.000	120.160	46.833
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(32.914)	34.995	73.327	35.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A MOB Participações S.A (“Companhia” ou “Grupo”, em conjunto com suas subsidiárias) com Sede na Av. Abolição, 4140, sala B, bairro Mucuripe, CEP 60165-080, Fortaleza – CE, foi constituída em 2004 e tem como objetivo investimentos em empresas do setor de telecomunicações.

1.1 Efeitos do COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

Os serviços prestados pelo Grupo, que incluem o fornecimento de internet, TV por assinatura, e telefonia não sofreram impactos negativos com o referido cenário. A Companhia intensificou investimentos em suas redes para entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta e, neste ambiente, não é vislumbrado nenhuma interrupção nas operações da Companhia e nenhum indicativo de impairment nos seus ativos.

A Administração não renegociou contratos de venda ou arrendamentos. Não ocorreram alterações no perfil do contas a receber. O Grupo não recorreu a subvenções e incentivos governamentais.

Os principais assuntos avaliados pela Administração no tocante a avaliação de riscos no cenário da pandemia foram:

a. Segurança e saúde

- Aplicação do regime de *home office* nas atividades de administrativas e de apoio;
- Suspensão de reuniões e treinamentos presenciais, substituindo-os por teleconferências;
- Disponibilização de máscara e álcool em gel para os colaboradores;
- Campanhas internas de conscientização e de prevenção;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais, com exceção de casos de extrema necessidade;

b. Operações

- Reavaliação dos gastos gerenciáveis;
- Incremento dos investimentos para o ano corrente com expansão das áreas de cobertura em função da demanda crescente no novo cenário;
- Reforço dos treinamentos de prevenção para as equipes de campo;

- Realocação dos contingentes de pessoas do “Call Center”, nos espaços administrativos, para garantia do distanciamento mínimo e da redução de ocupação dos ambientes fechados;
- Revisão das políticas de crédito para novas vendas, para manutenção de níveis adequados de inadimplência e desconexões de clientes (Churn).

c. Financeira

- Revisão das políticas de endividamento visando a manutenção do ritmo de expansão da Companhia;
- Alongamento das dívidas de curto prazo;
- Substituição das dívidas com fornecedores, em especial as compras por arrendamento mercantil, por dívidas bancárias de maior prazo e menor custo financeiro;

d. Contábil

- Avaliação das estimativas e provisões para adequação ao novo cenário;
- Acompanhamento dos indicadores de desconexão de clientes (Churn) e de inadimplência;
- Acompanhamento dos custos e despesas operacionais para manutenção de níveis adequados de margem operacional e de geração de caixa.

Para cada uma dessas quatro esferas, a Companhia adotou uma série de medidas e ações preventivas, que permitiram minimizar o impacto da Covid-19 no Grupo.

1.2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas do Grupo, todas estabelecidas no Brasil:

Controladas	Tipo	Participação	
		2021	2020
MOB Serviços de Telecomunicações Ltda	Direta	91,09%	100%
DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda	Direta	100%	100%
MOBCOM Soluções Tecnológicas Ltda.	Direta	100%	100%
MOB Serviços de Cobrança S.A.	Direta	100%	100%
Supramax Serviços de Telecomunicações Ltda.	Direta	-	100%
Cariri Internet e Serviço Ltda.	Direta	-	100%
Fortel Fortaleza Telecomunicações S.A.	Indireta	61,98%	-

- MOB Serviços de Telecomunicação S.A.:
- DB3 Serviços de Telecomunicação Ltda.
- MOBCOM Soluções Tecnológicas Ltda.
- Cariri Internet e Serviço Ltda.
- Supramax Serviços de Telecomunicações Ltda.

As controladas acima especificadas possuem como objetivo social a exploração a seguintes atividades: provedores de acesso a rede de comunicações, serviços de comunicação multimídia, e outros serviços de informações na internet.

- **MOB Serviços de Cobrança S.A.:** a controlada possui como objetivo social a atividade de cobrança e informações cadastrais e atividades de teleatendimento.
- **Fortel Fortaleza Telecomunicações S.A.:** a controlada possui como objetivo social a atividade de prestação de serviços focados em soluções de conectividades para o mercado corporativo e *wholesale*

Os serviços ofertados pelas empresas de telecomunicações bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. O Grupo possui outorgas de SCM (Serviços de Comunicação Multimídia) e SeAC (Serviços de Acesso Condicionado), além de STFC (Serviços de Telefonia Fixa Comutada).

1.3 Combinações de negócios

1.3.1 Aquisição Grupo Fortel

Em 01 de março de 2021, a MOB Serviços de Telecomunicações S.A. (subsidiária da MOB Participações S.A.) assinou contrato para aquisição de 61,98% do capital votante da empresa Fortel Fortaleza Telecomunicações S.A. (“Fortel”), incluindo sua subsidiária Tix Telecomunicações Ltda. (“Tix”); ambas localizadas em Fortaleza/CE e pelo valor de R\$ 210.000.

A operação permitirá à subsidiária MOB Serviços de Telecomunicações S.A., ampliar e maximizar a comercialização de serviços prestados, possibilitando a expansão do portfólio de serviços, gerando valor agregado para a carteira de clientes da Companhia.

As empresas acumularão sinergias, pois estão sob a mesma administração nas atividades. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Fortel contribuiu com uma receita líquida de R\$ 99.018 e lucro de R\$ 25.986 nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, a Administração estima que a Fortel teria contribuído com uma receita líquida de R\$ 172.612 e lucro de R\$ 34.912 nas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor total da contraprestação foi de R\$ 210.000, dos quais R\$ 39.787 foi pago aos antigos acionistas na celebração do contrato, sendo R\$ 10.000 retidos para cobrir eventuais riscos e R\$ 170.213 integralizado como capital, sendo que deste montante R\$ 30.213 e R\$ 70.000 já foram aportados em 29 de junho de 2021 e 31 de julho de 2021, respectivamente. O valor remanescente será integralizado até 29 de junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo de R\$ 70.000 acima mencionado encontra-se registrado no balanço como obrigações com aquisições de controladas.

a) Ativos adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Balanco patrimonial	Contábil	Mais valia	Valor Justo	61,98%
Ativos	353.183	132.844	486.027	301.239
Caixa e equivalentes de caixa	171.749	-	171.749	106.450
Contas a receber de clientes	16.677	-	16.677	10.337
Impostos a recuperar	7.752	-	7.751	4.805
Impostos diferidos	1.824	-	1.824	1.130
Instrumentos financeiros derivativos	1.264	-	1.264	783
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.450	-	4.450	2.758
Estoques	433	-	433	268
Outras contas a receber	2.120	-	2.120	1.314
Imobilizado	112.600	31.290	143.891	89.184
Intangível	11.642	69.179	80.821	50.092
Ágio	22.672	32.375	55.047	34.118
Passivos	353.183	132.844	486.027	301.239
Fornecedores	39.062	-	39.062	24.210
Empréstimos e financiamentos	55.382	-	55.382	34.326
Passivo de arrendamento	9.201	-	9.201	5.703
Obrigações tributárias	8.444	-	8.444	5.234
Impostos diferidos	430	-	430	266
Obrigações trabalhistas	5.351	-	5.351	3.316
Obrigações com partes relacionadas	20.063	-	20.063	12.435
Provisão para contingências	5	-	5	3
Dividendos a pagar	100	-	100	62
Obrigações com aquisição de controladas	6.272	-	6.272	3.887
Instrumentos financeiros derivativos	1.766	-	1.766	1.095
Outras contas a pagar	1.132	-	1.132	702
Patrimônio líquido	205.975	132.844	338.819	210.000

b) As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos

Natureza	Descrição
Relacionamento com clientes	Avaliado pelo método de abordagem da receita MEEM, onde o valor justo é o valor presente do fluxo de caixa futuro gerado, descontado da cobrança pelo uso dos ativos contributórios
Marca	Relief from Royalties
Imobilizado	Valor de mercado / custo de reposição

c) Ágio

A operação está inserida na estratégia do Grupo de participar ativamente do processo de consolidação no setor, ampliando a atuação na região nordeste nos segmentos de telecomunicação.

A mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram realizados em bases provisórias e sua conclusão deve ocorrer dentro de um período de até um ano após a data de aquisição. A tabela a seguir demonstra a contraprestação da operação e os valores justos dos ativos e passivos adquiridos.

Valor justo da contraprestação transferida	210.000
Valor dos ativos líquidos adquiridos após aporte	(127.663)
Preço pago pelo excedente	82.337
Total dos ativos identificáveis	(48.219)
Intangíveis e ágios aquisições anteriores	21.267
Carteira de cliente (i)	(40.056)
Ativos mais valia (i)	(19.394)
Marcas(i)	(10.036)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	34.118

(i) Veja reconciliação a seguir:

Natureza	100%	61,98%
Ativo imobilizado	(31.290)	(19.394)
Intangível (ii)	11.642	21.267
Carteira de clientes	(64.628)	(40.056)
Marcas	(16.193)	(10.036)
	<u>(69.179)</u>	

(ii) O valor contido nessa linha tem impacto de 100% pois trata-se de ágio de aquisições anteriores registrados na adquirida que tem seus efeitos eliminados conforme laudo de empresa especializada.

d) Custos de aquisição

Os custos relacionados à aquisição referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence foram integralmente arcados pelo acionista controlador da Companhia, dessa forma, não havendo efeitos na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1.3.2 Aquisição da ISW

Em 13 de agosto de 2021, a MOB Serviços de Telecomunicações S.A. (subsidiária da MOB Participações S.A.) assinou contrato para aquisição de 100% do capital votante da empresa ISW Provedor de Internet Ltda. (“ISW”); localizada em São Critóvão/SE e pelo valor de R\$ 56.500.

A operação permitirá à subsidiária MOB Serviços de Telecomunicações S.A., ampliar e maximizar a comercialização de serviços prestados, possibilitando a expansão do portfólio de serviços, gerando valor agregado para a carteira de clientes da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a ISW contribuiu com uma receita líquida de R\$ 6.804 e lucro de R\$ 322 nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, a Administração estima que a ISW teria contribuído com uma receita líquida de R\$ 27.216 e lucro de R\$ 1.288 nas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor total da contraprestação foi de R\$ 56.500, dos quais R\$ 20.500 foi pago aos antigos acionistas na celebração do contrato e R\$ 36.000 dividido em 9 parcelas semestrais, sendo 1 parcela de R\$ 17.000 e as outras 8 parcelas variando entre R\$ 2.250 e R\$ 2.500.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo de R\$ 36.000 acima mencionado encontra-se registrado no balanço como obrigações com aquisições de controladas.

a) Ativos adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Balanço patrimonial	Contábil	Mais valia	Valor Justo
Ativos	37.788	41.857	79.645
Caixa e equivalentes de caixa	54	-	54
Contas a receber de clientes	2.309	-	2.309
Impostos a recuperar	635	-	635
Créditos com partes relacionadas	2.328	-	2.328
Outras contas a receber	63	-	63
Adiantamento a fornecedores	28	-	28
Imobilizado	25.268	5.239	30.507
Intangível	7.103	(3.299)	3.804
Ágio	-	39.917	39.917
Passivos	37.788	41.857	79.645
Fornecedores a pagar	8.070	-	8.070
Obrigações trabalhistas	2.295	-	2.295
Obrigações tributárias	3.158	-	3.158
Empréstimos e financiamentos	8.416	-	8.416
Passivo de arrendamento	520	-	520
Outras contas a pagar	686	-	686
Patrimônio líquido	14.643	41.857	56.500

b) As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos

Natureza	Descrição
Relacionamento com clientes	Avaliado pelo método de abordagem da receita MEEM, onde o valor justo é o valor presente do fluxo de caixa futuro gerado, descontado da cobrança pelo uso dos ativos contributórios
Marca	Relief from Royalties
Imobilizado	Valor de mercado / custo de reposição

c) Ágio

A operação está inserida na estratégia do Grupo de participar ativamente do processo de consolidação no setor, ampliando a atuação na região nordeste nos segmentos de telecomunicação

A mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram realizados em bases provisórias e sua conclusão deve ocorrer dentro de um período de até um ano após a data de aquisição. A tabela a seguir demonstra a contraprestação da operação e os valores justos dos ativos e passivos adquiridos.

Valor justo da contraprestação transferida	56.500
Valor dos ativos líquidos	(14.643)
Preço pago pelo excedente	41.857
Total dos ativos identificáveis	(1.940)
Intangíveis e ágios aquisições anteriores	7.103
Imobilizado	(5.239)
Carteira de clientes	(3.804)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	39.917

d) Custos de aquisição

Os custos relacionados à aquisição referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence foram integralmente arcados pelo acionista controlador da Companhia, dessa forma, não havendo efeitos na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1.3.3 Reconciliação adições ao imobilizado consolidado por combinação de negócios

Aquisição Grupo Fortel (i)	143.891
Aquisição ISW (ii)	30.507
	174.398

(i) Vide informação contida na tabela apresentada no tópico “a” da nota 1.3.1.

(ii) Vide informação contida na tabela apresentada no tópico “a” da nota 1.3.2

1.3.4 Reconciliação valores desembolsados por aquisição de controladas

Aquisição Grupo Fortel (i)	39.787
Aquisição ISW (ii)	20.500
	60.287

(iii) Vide informação contida na nota 1.3.1.

(iv) Vide informação contida na nota 1.3.2

1.3.5 *Composição obrigação com aquisição de controladas*

	Controladora	Consolidado
Outras obrigações	5	5
Obrigação por compra da ISW	-	42.050
	5	42.055
Circulante	5	11.055
Não circulante	-	31.000

1.3.6 *Incorporação ISW Provedor de Internet Ltda. (“ISW”)*

Em 30 de dezembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da ISW na MOB Serviços de Telecomunicação S.A. conforme termos do Protocolo e Justificação da Incorporação, com conseqüente extinção da sociedade incorporada.

O acervo líquido incorporado em 30 de dezembro de 2021 apresentava a seguinte composição:

Ativo	41.765
Passivo	(20.551)
Acervo líquido incorporado	21.214

1.3.7 *Incorporação Datasafeit Soluções em Tecnologia Ltda. (“TTVI”)*

Em 30 de dezembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da TTVI na Fortel Fortaleza Telecomunicações S.A. conforme termos do Protocolo e Justificação da Incorporação, com conseqüente extinção da sociedade incorporada. A referida Empresa era controlada da Fortel.

O acervo líquido incorporado em 30 de dezembro de 2021 apresentava a seguinte composição:

Ativo	2.210
Passivo	(350)
Acervo líquido incorporado	1.860

1.3.8 *Incorporação Supramax Serviços de Telecomunicações Ltda. (“Supramax”)*

Em 01 de agosto de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Supramax na MOB Serviços de Telecomunicações S.A. conforme termos do Protocolo e Justificação da Incorporação, com conseqüente extinção da sociedade incorporada.

O acervo líquido incorporado em 01 de agosto de 2021 apresentava a seguinte composição:

Ativo	4.779
Passivo	(2.447)
Acervo líquido incorporado	2.332

1.3.9 Incorporação Cariri Internet e Serviços Ltda. (“Cariri”)

Em 01 de agosto de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Cariri na MOB Serviços de Telecomunicações S.A. conforme termos do Protocolo e Justificação da Incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

O acervo líquido incorporado em 01 de agosto de 2021 apresentava a seguinte composição:

Ativo	1.788
Passivo	(1.082)
Acervo líquido incorporado	706

1.3.10 Combinações de negócios - Cariri Internet e Serviço Ltda. e Supramax Serviços de Telecomunicações Ltda.

Em 25 de agosto de 2020 e 22 de setembro de 2020, foram celebrados os Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Cariri Internet e Serviço Ltda. e Supramax Serviços de Telecomunicações Ltda, respectivamente.

O Grupo incorreu em custos relacionados às aquisições no valor de R\$ 8. Não houve gastos com honorários advocatícios e custos de due diligence, pois todo o processo de avaliação foi conduzido por equipes internas. Os custos acima mencionados foram registrados como ‘despesas gerais e administrativas’ na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As aquisições foram realizadas pelos valores de R\$ 1.065 mil (Cariri Internet e Serviço Ltda.) e R\$ 2.062 (Supramax Serviços de Telecomunicações Ltda.), sendo 100% liquidado em dinheiro e sem quaisquer retenções a título de contingência.

Ambas Empresas adquiridas possuem como objetivo social a exploração a seguintes atividades: provedores de acesso a rede de comunicações, serviços de comunicação multimídia, e outros serviços de informações na internet.

Ambas operações estão inseridas na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor. No sentido de atender aos requisitos legais de reconhecimento da transação, a Companhia contratou consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo, à data de aquisição. Baseado nos laudos de avaliação, a Sociedade alocou os preços de aquisições da seguinte forma:

	Cariri Internet e Serviços Ltda.	Supramax Tecnologia e Serviços Eireli
Contraprestações transferidas	(1.065)	(2.062)
(+) Patrimônio líquido das adquiridas	850	1.511
(+) Ativos intangíveis identificados a valor justo	71	-
(+) Ajuste a valor justo dos imobilizados	395	20
(=) Ganho por compra vantajosa	(251)	-
(=) Goodwill	-	531

A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Cariri Internet e Serviço Ltda.

Ativo	Acervo líquido adquirido	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido a valor justo
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	30	-	30
Contas a receber de clientes	161	-	161
Estoques	39	-	39
Adiantamento a fornecedores	1	-	1
Impostos a recuperar	1	-	1
	232	-	232
Não circulante			
Imobilizado	976	395	1.371
Intangível	-	71	71
	976	466	1.442
Total do ativo	1.208	466	1.674
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	41	-	41
Empréstimos e financiamentos	70	-	70
Obrigações trabalhistas	61	-	61
Obrigações tributárias	66	-	66
Outras contas a pagar	40	-	40
	278	-	278
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	73	-	73
Parcelamentos tributários	7	-	7
	80	-	80
Patrimônio líquido	850	466	1.316
Total do passivo e patrimônio líquido	1.208	466	1.674

Supramax Serviços de Telecomunicações Ltda.

Ativo	Acervo líquido adquirido	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido a valor justo
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	217	-	217
Contas a receber de clientes	426	-	426
Estoques	167	-	167
Adiantamento a fornecedores	8	-	8
Impostos a recuperar	4	-	4
	822	-	822
Não circulante			
Imobilizado	1.455	20	1.475
	2.277	20	2.297
Total do ativo			
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	1	-	1
Empréstimos e financiamentos	58	-	58
Obrigações trabalhistas	350	-	350
Obrigações tributárias	6	-	6
Adiantamento de clientes	181	-	181
Outras contas a pagar	108	-	108
Parcelamentos tributários	21	-	21
	725	-	725
Não circulante			
Outras contas a pagar	25	-	25
Parcelamentos tributários	16	-	16
	41	-	41
Patrimônio líquido	1.511	20	1.531
Total do passivo e patrimônio líquido	2.277	20	2.297

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos da Supramax e Cariri

Ativo	Descrição
Relacionamento com clientes	Avaliado pelo método de abordagem da receita MEEM, onde o valor justo é o valor presente do fluxo de caixa futuro gerado, descontado da cobrança pelo uso dos ativos contributórios
Imobilizado	Avaliado pelo custo de reposição

1.4 Capital circulante negativo

O segmento de atuação do Grupo requer elevados níveis de investimentos em infraestrutura de redes de fibra óptica de longa distância e desde 2020 foi tomada a decisão estratégica de aumentar os investimentos nas redes urbanas. Apesar da geração de caixa positiva, o Grupo possui capital circulante negativo em R\$ 125.936 (R\$ 55.956 em 2020) nas demonstrações contábeis consolidadas e R\$ 32.615 na controladora. A Administração do Grupo está tomando medidas para alongamento dos saldos de empréstimos e financiamentos via instrumentos do mercado de capitais, bem como avaliando no mercado outras formas de captação de recursos e com isto adequar a estrutura de capital para suportar o crescimento de longo prazo. Adicionalmente o controlador da Companhia mantém o compromisso de aportes de capital em caso de necessidade de caixa.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 12 – equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; e

Nota explicativa 18 – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; e

Nota explicativa 24 – reconhecimento de receita: se a receita de prestação de serviços de telecomunicação é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

b. *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 1.3 - aquisição de controlada (Combinação de Negócios): valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória;

Nota explicativa 8 – provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes;

Nota explicativa 13 – revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício;

Nota explicativa 14 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; e

Notas explicativas 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

c. *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis);

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 1.3 – Combinações de negócios;

Nota explicativa 30 – Instrumentos financeiros.

3 Mudança nas principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Grupo aplicou a Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15) às combinações de negócios cujas datas de aquisição ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para avaliar se havia adquirido um negócio ou um grupo de ativos. Os detalhes das políticas contábeis estão apresentados na nota explicativa 5.

Veja também a nota explicativa 1 para detalhes da aquisição de controladas do Grupo durante o exercício.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

5 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita operacional

(i) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo oferece pacotes comerciais, principalmente, de soluções de internet. As receitas são reconhecidas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês.

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo

Além das obrigações oriundas da legislação trabalhista e dos acordos com entidades representantes de seus associados, o Grupo concede plano de saúde, convênio odontológico, seguro de vida em grupo, vale alimentação e plano de desenvolvimento profissional.

As provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações trabalhistas. O Grupo não oferece benefícios pós emprego.

e. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções relacionadas aos benefícios fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social, são apurados e registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. O Grupo possui o direito à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração na atividade de telecomunicação, a parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. As investidas indiretas Fortel e MOB Serviços gozam deste incentivo fiscal.

As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para empreendimentos que comprovarem, junto à Sudene, a realização de investimentos no Nordeste, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de seus negócios na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor correspondente a parcela da redução do IRPJ a título de subvenção foi contabilizada na conta de Subvenções - Incentivo Lucro da Exploração na demonstração de resultado do exercício.

f. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

g. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros associados possam ser auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Veja as vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os exercícios findos em 2021 e 2020 na nota explicativa 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

Veja as vidas úteis estimadas para os exercícios findos em 2021 e 2020 na nota explicativa 14.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente material de financiamento) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, mais, para um item não mensurado no VJR, custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente pelo preço da transação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: pelo custo amortizado; no VJR (Valor justo por meio do resultado) - instrumento de dívida; na VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou no VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que o Grupo altere o modelo de negócios para gerenciamento de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados serão reclassificados no primeiro dia do período subsequente à alteração no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado no VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa apenas relacionados ao pagamento de principal e juros sobre o valor em aberto do principal.

Um instrumento de dívida é medido no VJORA se atender às duas condições abaixo e não for designado como medido no VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto do principal.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que atenda aos requisitos a serem mensurados pelo custo amortizado ou como VJORA, como VJR se eliminar ou reduzir significativamente uma incompatibilidade contábil que, de outra forma, surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação da finalidade do negócio em que um ativo financeiro é mantido em carteira, uma vez que isso reflete melhor a maneira como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas são compostas por:

- políticas e objetivos estabelecidos para o portfólio e operação prática dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração se concentra em obter receitas de juros contratuais, manter um determinado perfil de taxa de juros, combinar a duração dos ativos financeiros com a duração dos passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou a realização dos fluxos de caixa através da venda de ativos;
- como o desempenho do portfólio é avaliado e relatado à administração do Grupo;
- riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e a maneira pela qual esses riscos são gerenciados; e
- a taxa de vendas, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros em períodos anteriores, os motivos dessas vendas e as expectativas futuras de vendas.

Transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, o que é consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados como custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, se for um derivativo ou atribuído como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, acrescido de juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As despesas com juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações (se aplicável) são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos, como por exemplo, fatores que afetam o poder de compra e os hábitos de gasto do consumidor.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso, e considerado como irrecuperável quando atinge 180 dias de vencido.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência; ou,
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Em cada data de relato, os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, exceto os impostos diferidos, são analisados quanto ao desempenho das unidades geradoras de caixa definidas, a fim de identificar uma possível perda no valor recuperável do ágio e de outros ativos.

A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ágio é atribuído também inclui o uso de premissas e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério. Se houver indicação de uma possível desvalorização nessas unidades geradoras de caixa, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, o menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa por meio de seu uso contínuo, que são amplamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio das combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se beneficiam das sinergias da combinação.

O valor recuperável ou UGC de um ativo é o valor mais alto em uso e o valor justo menos os custos de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro vezes e os riscos específicos dos ativos ou UGCs atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado, exceto para o ágio por rentabilidade futura. Perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo não possui componentes que devam ser separados no momento da sua mensuração inicial.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

(iii) Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento, nas despesas gerais e administrativas.

n. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros, empréstimos, financiamentos, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas, tais como:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- descontos financeiros adquiridos e concedidos.

p. Novos pronunciamentos emitidos, mas não vigentes

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, porém terão vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Segue abaixo lista de novas normas:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Impostos diferidos relacionados a ativo e passivos decorrente de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Caixa	4	4	41	129
Bancos	3	-	5.879	565
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	2.079	34.996	114.240	46.139
Total	2.086	35.000	120.160	46.833

- (v) Depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Essas aplicações financeiras são, normalmente, CDBs atrelado à taxa do CDI – 98% a 100% (2021 e 2020).

7 Aplicações financeiras

	Consolidado	
	dez/21	dez/20
Debêntures	3.451	-
Multimercado	7.514	-
CDB	3.328	-
Total	14.293	-
Circulante	3.542	-
Não circulante	10.751	-

Movimentação das aplicações financeiras

	Consolidado	
	dez/21	dez/20
Saldo inicial	-	-
Combinação de negócios	17.038	-
Aplicação	1.159	-
Resgate	(3.904)	-
Saldo final	14.293	-
Circulante		
Não circulante		

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo mantinha aplicações de R\$ 9.923 dadas em garantia em operações de empréstimos.

As debêntures estão sendo remuneradas a uma taxa média em torno 186,39% do CDI e os CDBs, foram remunerados entre 95,75% e 100% do CDI.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Contas a receber de clientes	-	43	77.959	32.456
(-) Perdas estimadas com crédito de clientes	-	-	(24.208)	(8.027)
Total	-	43	53.751	24.429

a. **Movimentação da provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável**

	Consolidado	
	dez/21	dez/20
Saldo Inicial	(8.027)	(4.616)
Combinação de negócios	(8.017)	-
Adições	(10.358)	(7.336)
Reversões	2.194	3.925
Saldo final	(24.208)	(8.027)

b. Composição da carteira de contas a receber de clientes por idade de vencimento

<u>Aging list</u>	Consolidado	
	dez/21	dez/20
Títulos a vencer	16.835	8.108
Até 30 dias	8.169	3.965
De 31 a 60 dias	6.604	3.460
De 61 a 90 dias	4.864	2.199
De 91 a 180 dias	12.579	4.230
De 181 a 360 dias	14.520	5.263
Há mais de 360 dias	14.388	5.231
Total	77.959	32.456

Para reconhecimento das perdas esperadas com crédito, o Grupo realiza uma análise com base na sua experiência de perda histórica, bem como análise individualizada por cliente e obtém-se as perdas estimadas para a vida inteira dos créditos.

De acordo com as políticas do Grupo a provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021 seguiu os seguintes critérios:

- Títulos vencidos há mais de 90 dias para clientes B2C (clientes pessoa física que representam aproximadamente 53% da carteira) – provisiona-se 100% do valor em aberto. Com extensão da provisão para 100% dos títulos em aberto (a vencer ou vencidos).

- Títulos vencidos há mais de 180 dias para clientes B2B (clientes pessoas jurídica que representam 47% da carteira) – provisiona-se 100% do valor em aberto.

- Para demais títulos a vencer ou vencidos não enquadrados no critério anterior aplica-se percentual de perda histórica apurada pelo Grupo;

Em 31 de dezembro de 2021 a posição do contas a receber com Governo totalizava R\$ 639.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
COFINS a recuperar	-	-	1.066	513
ICMS a recuperar	-	-	1.338	321
ICMS s/ ativo imobilizado	-	-	7.372	-
IRRF s/ operações financeiras	193	112	1.147	62
Outros impostos a recuperar	-	-	639	637
PIS a recuperar	-	-	228	123
Total	193	112	11.790	1.656
Circulante	193	112	9.211	1.166
Não circulante	-	-	2.579	490

10 Ativo indenizatório

Refere-se a reembolso previsto em contrato com empresas adquiridas referente à gastos incorridos cuja responsabilidade é dos sócios anteriores no montante de R\$ 6.445 (R\$ 1.345 em 31 de dezembro de 2020).

11 Partes relacionadas

a. Composição

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Sócios e acionistas pessoas físicas	-	-	2.325	-
MOB Serviços de Telecomunicações S.A.	52	52	-	-
Créditos com partes relacionadas	52	52	2.325	-
MOB Serviços de Telecomunicações S.A.	-	15.591	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	15.591	-	-
MOB Serviços de Telecomunicações S.A.	(26.431)	(199)	-	-
DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda.	-	(1.939)	-	-
MOBCOM Soluções Tecnológicas Ltda.	-	(426)	-	-
MOB Telecom Corporation	-	-	(898)	(410)
AR Participações Eireli	-	-	(963)	-
Mais Conect Serv. Telecom Ltda.	-	-	(1.524)	-
Sócios e acionistas	-	-	(8.190)	-
Obrigações com partes relacionadas	(26.431)	(2.564)	(11.575)	(410)

As operações acima apresentadas foram realizadas em condições negociadas entre as partes. Especificamente no que tange a operação entre a controladora e a MOB Serviços (R\$ 26.341) trata-se de mútuo com vencimento em 31 de dezembro de 2022 e taxa de juros de 12% a.a. Demais operações possuem vencimentos entre 18 e 24 meses.

b. Natureza das operações com partes relacionadas

EB Fibra Participações S.A.

Controlador final do Grupo

EB Fibra Nordeste S.A.

Holding controladora do Grupo.

MOB Serviços de Telecomunicações Ltda.

Compra / venda de bens do ativo imobilizado.

DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda.

Compra / venda de bens do ativo imobilizado.

MOBCOM Soluções Tecnológicas Ltda.

Compra / venda de bens do ativo imobilizado.

MOB Telecom Corporation

Compra / venda de bens do ativo imobilizado.

c. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos Diretores que corresponde a benefícios de curto prazo no exercício de 2021 foi de R\$ 3.850 (2020 – R\$ 3.200 mil).

d. Transações com partes relacionadas

A Empresa Alpha Soluções Tecnológicas Ltda. – ME presta serviço de instalação para o Grupo Mob. Durante o exercício de 2021, foram realizadas transações que montam o valor de R\$ 3.363 (2020 - R\$ 5.527).

12 Investimentos

(i) Controladora

a. Composição

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimôni o líquido	Resultado do exercício	Quantidade ações/quotas	Participação	Investime nto dez/21	Investiment o dez20
Controladas diretas									
MOB Serviços de Telecomunicações S.A.	295.567	842.819	509.436	333.383	30.985	68.265	91,09%	303.689	27.933
DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda.	124.933	249.141	98.284	150.857	(700)	124.933	100%	150.857	42.077
MOBCOM Soluções Tecnológicas Ltda.	1.136	4.292	1.684	2.608	272	1.136	100%	2.608	1.758
MOB Serviços de Cobranças Ltda.	63	23	-	23	(4)	63	100%	23	(37)
Cariri Internet e Serviços Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.258
Supramax Tecnologia e Serviços Eireli	-	-	-	-	-	-	-	-	2.844
Controlada indireta									
Fortel Fortaleza Telecomunicações S.A.	133.765	261.672	99.711	161.961	25.986	133.765	61,98%	-	-
								457.177	75.833
Total investimentos								457.177	75.870
Provisão para perdas com investimentos								-	(37)

b. Movimentação

	Saldo dez/20	Equivalência patrimonial	Aumento capital	Incorporação	Cessão participação	Saldo dez/21
MOB Serviços de Telecomunicações S.A.	27.933	25.189	274.465	2.850	(26.748)	303.689
DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda.	42.077	(700)	109.480	-	-	150.857
MOBCOM Soluções Tecnológicas Ltda.	1.758	272	578	-	-	2.608
MOB Serviços de Cobranças Ltda.	(37)	(4)	64	-	-	23
Cariri Internet e Serviços Ltda.	1.258	(119)	-	(1.317)	-	-
Supramax Tecnologia e Serviços Eireli	2.844	1.311	-	(1.533)	-	-
	75.833	25.949	384.587 (*)	-	(26.748)	457.177

* O valor da integralização de capital é composto por um montante de R\$ 342.248 feitos em caixa e R\$ 42.339 referente à adiantamentos de capital realizados em exercícios anteriores.

	Saldo dez/19	Equivalência patrimonial	Aumento capital	Aquisição	Mudança participação	Saldo dez/20
MOB Serviços de Telecomunicações S.A.	22.580	1.736	3.709	-	(92)	27.933
DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda.	29.511	12.811	-	-	(245)	42.077
MOBCOM Soluções Tecnológicas Ltda.	(514)	1.876	402	-	(6)	1.758
MOB Serviços de Cobranças Ltda.	(45)	(3)	-	-	11	(37)
Cariri Internet e Serviços Ltda.	-	15	-	1.065	178	1.258
Supramax Tecnologia e Serviços Eireli	-	(141)	-	2.062	923	2.844
	51.532	16.294	4.111	3.127	769	75.833
Total investimentos	52.091					75.870
Provisão para perdas com investimentos	(559)					(37)

Em razão da incorporação da TIX pela MOB Serviços de Telecomunicações S.A. a referida empresa cedeu 11,8% de suas próprias ações em favor da Fortel como forma de pagamento pelos 38,02% da participação não abrangidos na combinação de negócios relatada na nota explicativa nº 1. Considerando que a TIX já era controlada pelo Grupo na data da incorporação, o valor da operação foi calculado com base no patrimônio líquido das referidas empresas em 01 de dezembro de 2021.

(ii) Consolidado

a. Composição

Investimentos	Natureza	dez/21
Maxitv Interativa Eireli	Avaliado a custo	320
Consórcio Macapá	Outros investimentos	620
Consórcio BWM	Avaliado a custo	3.117
		4.057

Consórcio BWM

O Consórcio BWM tem por finalidade a gestão, operação e manutenção conjunta das fibras ópticas envolvendo a concessão do uso da infraestrutura excedente de fibras apagadas no cinturão digital do Ceará, decorrente de concorrência pública-presencial nº 20140016/SEPLAG - Processo nº 2786896/2014. A Concessão tem vigência de 15 anos, prorrogável uma única vez por mais 15 anos. A participação da MOB de 25%.

13 Imobilizado

O ativo imobilizado do Grupo é submetido à análise de indicação de perda de seu valor recuperável para assegurar que o valor contábil não supera o valor recuperável. Após a análise de fontes de informações internas e externas, em 31 de dezembro de 2021 os ativos não apresentam quaisquer indícios de perda, desvalorização ou danos que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

a. Conciliação do valor contábil

Descrição	Vida Útil (anos)	Consolidado				
		Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido em dez/21	Líquido em dez/20
Edificações	25	4%	12.355	(500)	11.855	3.655
Móveis e utensílios	10	10%	6.976	(984)	5.992	2.551
Equipamentos de transmissão e comunicação	10	10%	513.342	(79.202)	434.140	145.589
Equipamentos de informática	05	20%	34.368	(1.457)	32.911	-
Veículos	05	20%	5.427	(1.044)	4.383	78
Ferramentas	05	20%	1.350	(334)	1.016	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	42
Terrenos	-	-	103	-	103	90
Imobilizado em andamento	-	-	184.333	-	184.333	63.357
Ativo de direito de uso	01 a 15	6,66% a 100%	42.642	(6.387)	36.255	9.938
Partes e peças	-	-	30.814	-	30.814	-
Total			831.710	(89.908)	741.802	225.300

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	Consolidado							Dez/21
	Dez/20	Adição	Baixas líquidas	Depreciações	Transferências	Aquisição de empresas	Reclassificações	
Edificações	3.655	8.583	-	(383)	-	-	-	11.855
Móveis e utensílios	2.551	2.725	-	(250)	-	966	-	5.992
Equipamentos de transmissão e comunicação	145.589	112.717	-	(37.809)	49.901	163.742	-	434.140
Equipamentos de informática	-	33.431	-	(939)	-	419	-	32.911
Veículos	78	1.425	-	(771)	-	3.651	-	4.383
Ferramentas	-	1.096	-	(197)	-	117	-	1.016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	42	-	(42)	-	-	-	-	-
Terrenos	90	13	-	-	-	-	-	103
Imobilizado em andamento	63.357	165.374	-	-	(49.901)	5.503	-	184.333
Ativo de direito de uso	9.938	28.009	-	(1.692)	-	-	-	36.255
Partes e peças	-	10.567	-	-	16.225	-	4.022	30.814
Total	225.300	363.940	(42)	(42.041)	16.225*	174.398	4.022	741.802

* Refere-se à transferência de estoque para imobilizado em 31 de dezembro de 2021.

Descrição	Consolidado							Dez/20
	Dez/19	Adição	Baixas líquidas	Depreciação	Transferências	Aquisição de empresas	Ajustes de inventário	
Edificações	2.502	-	-	(171)	1.253	-	71	3.655
Móveis e utensílios	468	2	-	(70)	2.088	3	60	2.551
Equipamentos de transmissão e comunicação	68.856	16.296	-	(11.071)	69.296	3.561	1.349	145.589
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	427	-	-	(303)	263	-	309	78
Ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	40	-	-	-	2	-	-	42
Terrenos	210	-	-	-	(120)	-	-	90
Imobilizado em andamento	28.838	107.292	-	-	(73.102)	-	329	63.357
Ativo de direito de uso	9.263	4.410	-	(4.055)	320	-	-	9.938
Total	110.604	128.000	-	(15.670)	-	3.564	(1.198)	225.300

c. Reconciliação adições para fins de demonstração do fluxo de caixa

Descrição	Consolidado dez/21
Adições conforme mapa de movimentação	363.940
(-) Ativo de direito de uso	(28.009)
Total adições conforme demonstração fluxo de caixa	335.931

14 Intangível

a. Conciliação do valor contábil

Descrição	Controladora				
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido em dez/21	Líquido em dez/20
Desenvolvimento de sistemas	10%	143	(12)	131	143
Total		143	(12)	131	143

Descrição	Consolidado				
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido em dez/21	Líquido em dez/20
Desenvolvimento de sistemas	10%	447	(212)	235	3.001
Marcas e patentes	10%	10.117	(87)	10.030	41
Licenças de uso	10%	33.091	(4.190)	28.901	6.612
Consórcios	10%	-	-	-	3.855
Pesquisa e desenvolvimento	10%	404	(147)	257	-
Projetos em andamento	-	1.726	-	1.726	95
Carteira de clientes	20%	114.850	(629)	114.221	-
Ágio	-	74.819	-	74.819	531
Total		235.454	(5.265)	230.189	14.135

b. Movimentação do intangível

Descrição	Dez/20	Adição	Baixas líquidas	Amortizações	Transferências	Aquisição de empresas	Dez/21
Desenvolvimento de sistemas	3.001	21	-	(81)	(2.706)	-	235
Marcas e patentes	41	-	-	(87)	40	10.036	10.030
Licenças de uso	6.612	26.762	-	(2.747)	(1.726)	-	28.901
Consórcios (i)	3.855	-	-	-	(3.855)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	(39)	296	-	257
Projetos em andamento	95	-	-	-	1.631	-	1.726
Carteira de cliente	-	66.798	-	(478)	4.041	43.860	114.221
Ágio	531	-	-	-	(531)	74.819	74.819
Total	14.135	93.581	-	(3.432)	(2.810)	128.715	230.189

Descrição	Consolidado							
	Dez/19	Adição	Baixas líquidas	Amortização	Ajustes de inventário	Aquisição de empresas	Reclassificação	Dez/20
Desenvolvimento de sistemas	646	33	-	(29)	2.351	-	-	3.001
Marcas e patentes	41	-	-	-	-	-	-	41
Licenças de uso	6.309	205	-	(215)	242	71	-	6.612
Consórcios	3.377	602	-	(257)	133	-	-	3.855
Projetos em andamento	95	-	-	-	-	-	-	95
Ágio	-	-	-	-	-	531	-	531
Total	10.468	840	-	(501)	2.726	602	-	14.135

(i) Transferido para o grupo de investimento a partir de 2021.

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 74.819 em 31 dezembro de 2021.

	Consolidado	
	dez/21	dez/20
ISW Provedor de Internet Ltda.	39.296	-
Fortel Fortaleza Telecomunicações Ltda.	35.523	-
Supramax Tecnologia e Serviços Eireli	-	531
	74.819	531

As empresas testam anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de carteira de clientes, licença de uso e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinações de negócios, utilizando o conceito do valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O saldo de ágio (ativo intangível com vida útil indefinida) não foi submetido a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2021, pois as combinações de negócios que o originaram ocorreram no exercício corrente.

A estimativa dos valores foi determinada utilizando uma taxa de desconto de 12,3% a.a. acrescido de 0,5%.

15 Fornecedores

A Companhia e suas controladas possuem uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por fornecedores prestadores de serviços inerentes a sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem valores representativos em atraso, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Fornecedores de serviços	-	-	13.622	14.173
Fornecedores de materiais	-	53	9.145	4.606
Fornecedores de imobilizado	-	-	172.129	44.570
Fornecedores diversos	1.887	-	2.921	365
Fornecedores – aquisição carteiras de clientes	-	-	8.421	951
Total	1.887	53	206.238	64.665
Circulante	1.887	53	163.228	49.255
Não circulante*	-	-	43.010	15.410

* O Grupo avaliou os impactos de ajuste a valor presente dos saldos de fornecedores classificados no passivo não circulante e determinou que os efeitos não são materiais para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

16 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Instituição financeira	Taxa	Tipo	Controladora		Consolidado	
			dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
ABC	0,27% a.m.	4131	8.326	-	8.326	-
Alpha	0,92% a.m.	Finame	-	-	209	-
Aymoré	1,25% -1,46% a.m.	Aquis. Bens	-	-	714	2.900
Banco do Brasil	0,45% a.m.	Giro	-	-	25.556	-
BNB	0,11% - 0,85% a.m.	Giro	-	-	27.048	11.159
Bradesco	0,72% a.m.	4131	-	-	21.377	13.199
Bradesco	0,81% - 0,95% a.m.	Giro	-	-	2.896	2.267
Daycoval	1,20% a.m.	Giro	-	-	827	-
Dell	0,98% a.m.	Aquis. Bens	-	-	100	-
HP Financial	0,98% a.m.	Aquis. Bens	-	-	164	320
Itaú	0,90% - 0,95% a.m.	Giro	-	-	7.600	56.096
Itaú	VC + 3,07% a.a.	4131	-	-	9.255	-
Itaú	0,87% a.m.	Aquis. Bens	-	-	281	-
Lage Landen	1,15% a.m.	Giro	-	-	170	-
Marp Solutions	1,20% a.m.	Aquis. Bens	-	-	2.800	-
Safra	1,12% a.m.	Giro	-	-	844	-
Safra	13,89% a.a.	Aquis. Bens	-	-	2.412	-
Santander	0,26% a.m.	Aquis. Bens	-	-	300	-
Santander	0,83% - 1,12% a.m.	Giro	-	-	20.681	20.280
Santander	9,19% a.a.	4131	-	-	5.816	-
Total			8.326	-	137.376	106.221
Instrumento financeiro derivativo (a)			-	-	(962)	(1.720)
Circulante			6.661	-	74.443	76.440
Não circulante			1.665	-	62.933	29.781

- (a) A controlada Mob Serviços de Telecomunicações Ltda. efetuou a contratação de instrumento financeiro derivativo visando a proteção cambial da operação de empréstimos realizada com o Bradesco na modalidade 4131.

Os empréstimos de capital de giro estão garantidos por notas promissórias e a totalidade da carteira de cobrança até o limite mantido na instituição e as operações de financiamentos de imobilizado, pelos próprios bens financiados.

Sobre outras garantias veja informações na nota explicativa 7.

b. Movimentação

Controladora						
	dez/20	Captação	Juros e variação cambial	Amortiz ação principal	Amortização juros	dez/21
Total	-	10.000	535	(2.118)	(91)	8.326

Consolidado							
	dez/20	Combinaçã o de negócio	Captação	Juros e variação cambial	Amortização principal	Amortização juros	dez/21
Total	106.221	63.798	56.984	13.408	(95.273)	(7.762)	137.376

Consolidado							
	dez/19	Combinação de negócio	Captação	Juros e variação cambial	Amortização principal	Amortização juros	dez/20
Total	61.729	201	72.076	9.174	(2.513)	(34.446)	106.221

c. Cronograma de vencimentos:

Os empréstimos e financiamentos classificados no não circulante apresentam a seguinte maturidade:

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
2022	-	-	-	29.781
2023	1.665	-	30.891	-
2024	-	-	12.425	-
2025	-	-	6.539	-
2026	-	-	4.212	-
2027	-	-	3.668	-
2028	-	-	3.066	-
2029	-	-	2.132	-
Total	1.665	-	62.933	29.781

17 Debêntures

a. Composição

Bradesco

Em 23 de agosto de 2021, a Mob Serviços de Telecomunicações S.A celebrou instrumento particular de emissão pública de 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ação da espécie com garantia real, em série única, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), perfazendo um total de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais).

As debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos, contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 30 de agosto de 2027. O saldo será amortizado em 21 (vinte e uma) parcelas trimestrais consecutivas, após carência de 1 (um) ano a contar da data de emissão, devidas sempre no 1º (primeiro) dia de março, 30 (trinta) de maio, 30 (trinta) de agosto e 30 (trinta) de novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 30 de agosto de 2022, e as demais devidas em cada uma das datas de amortização prevista.

Itaú

Em 22 de dezembro de 2021, a Mob Participações S.A celebrou instrumento particular de emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ação da espécie quirografária com garantia fidejussória das controladas DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda e da MOB Serviços de Telecomunicações S.A.

A emissão total foi de 10.000 (Dez mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A emissão foi realizada em série única. O prazo da debentures será de 8 (oito) anos e 1 (um) mês contados da data da emissão com amortizações semestrais, iniciando a primeira em 15 de julho de 2023 e última parcela, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2029 . Os recursos obtidos pela Companhia com a emissão serão destinados aos projetos de investimento no setor de telecomunicações.

Instituição financeira	Taxa	Controladora		Consolidado	
		dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Bradesco	CDI + 1,7% a.a.	-	-	201.937	-
Itaú	IPCA + 6,20% a.a.	116.024	-	116.024	-
Sub-total		116.024	-	317.961	-
(-) Custos de transação		(4.025)	-	(6.487)	-
Total		111.999	-	311.474	-
Circulante		-	-	18.806	-
Não circulante		111.999	-	292.668	-

b. Movimentação

	Controladora				
	dez/20	Captação	Juros	Amortizaçã o principal e juros	dez/21
Total	-	100.000	11.999	-	111.999

	Consolidado				
	dez/20	Captação	Juros	Amortização juros	dez/21
Total	-	300.000	24.107	(12.633)	311.474

c. Cronograma de vencimentos

As debêntures classificadas no não circulante apresentam a seguinte maturidade:

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
2023	22.060	-	60.155	-
2024	16.088	-	54.183	-
2025	16.088	-	54.183	-
2026	16.088	-	54.183	-
2027	16.196	-	44.485	-
2028	15.977	-	15.977	-
2029	9.502	-	9.502	-
Total	111.999	-	292.668	-

d. Covenants

As operações da Companhia estão sujeitas às seguintes cláusulas restritivas:

Itau

- (a) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da “Dívida financeiras líquida” pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a:
- (i) 3,50 vezes para os exercícios sociais encerrados em 2020, 2021 e 2022;
 - (ii) 3,00 vezes a partir (inclusive) do exercício social encerrando em 2023; e
- (b) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela “Despesa financeira líquida” igual ou superior a 2 vezes.

Bradesco

- (c) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da “Dívida financeiras líquida” pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a:
- (i) 3,50 vezes para os exercícios sociais encerrados em 2021;
 - (ii) 3,00 vezes para os exercícios sociais encerrados em 2022;
 - (iii) 2,50 vezes a partir (inclusive) do exercício social encerrando em 2023.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo atendeu os requisitos acima apresentados.

18 Passivo de arrendamento

a. Composição

	Consolidado	
	dez/21	dez/20
Saldo inicial	12.089	11.129
(+) Adições novos contratos	29.474	6.510
(+) Apropriação dos juros	2.027	701
(-) Pagamentos	(16.721)	(6.251)
(-) Remensuração de contratos	(33)	-
(+) Adições por combinação de negócios	9.720	-
Saldo final	36.556	12.089
Circulante	17.453	4.809
Não circulante	19.103	7.280

As taxas de juros aplicadas nos cálculos dos passivos de arrendamento variam de 0,59% a.m. a 0,74% a.m.

b. Cronograma de vencimentos

	Consolidado	
	dez/21	dez/20
2022	-	1.930
2023	5.430	1.267
2024	3.380	998
2025	2.758	718
2026	1.774	582
2027	1.296	608
2028	1.363	634
2029	1.348	517
2030	919	26
2031	581	-
2032	60	-
2033	48	-
2034	51	-
2035	55	-
2036	40	-
Total	19.103	7.280

19 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Salário a pagar	-	472	825	2.834
INSS a recolher	56	54	2.371	991
FGTS a recolher	-	-	672	290
Provisão para férias	-	-	6.448	2.272
INSS e FGTS sobre férias	-	-	2.344	816
Participação nos resultados	-	-	-	119
Total	56	526	12.660	7.322

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
IRRF e CSRF a recolher	73	66	577	112
FUST e FUNTEL a recolher	-	-	439	89
PIS e COFINS a recolher	-	-	2.672	581
ICMS a recolher	-	-	2.336	3.145
ISS a recolher	-	1	791	276
Outros tributos a recolher	-	-	138	-
Total	73	67	6.953	4.203

21 Parcelamentos tributários

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Parcelamentos federais (i)	-	-	13.328	8.911
Parcelamentos estaduais (ii)	-	-	5.049	2.575
Parcelamentos municipais	-	-	145	-
Total	-	-	18.522	11.486
Circulante			5.442	3.087
Não circulante			13.080	8.399

- (i) Parcelamentos federais – Débitos de INSS CP Patronal, Terceiros e Previdenciários, além de divergência de apurações mensais relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, através do adesão ao PERT e programas de Refis.
- (ii) Parcelamentos estaduais – ICMS: débitos de fronteira de notas não seladas, divergências entre EFD, apurações internas e retificações de períodos anteriores, Refis de parcelamentos anteriores e sobre pendência no recolhimento da FUNCEP.

22 Provisão para contingências

a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Provisão para ações cíveis	3	-	215	-
Provisão para ações trabalhistas	10	-	470	144
Provisão para ações tributárias	-	-	-	336
(-) Depósitos judiciais	-	-	(90)	-
Total	13	-	595	480

b. Movimentação das provisões para contingências

	Consolidado			
	Civil	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	144	-	144
Adições e reversões líquidas	-	-	336	336
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	144	336	480
Adições e reversões líquidas	215	326	(336)	205
(-) Depósitos judiciais	(90)	-	-	(90)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	125	470	-	595

c. Divulgação causas possíveis

O Grupo possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais classificado como possível no montante de R\$ 287 (R\$ 3.796 mil em 2020).

23 Patrimônio líquido

Por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias ao longo de 2021 foram realizados os seguintes aumentos de capital através de emissão de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pela EB Fibra Nordeste S.A.:

Data	Evento	Quantidade ações	Valor unitário	Valor
30/04/2021	Subscrição de capital social	Sem emissão	-	2.999
24/06/2021	Subscrição de capital social	22.376	9.385,05	210.000
24/06/2021	(-) Capital a integralizar			(25.500)
Total aumento de capital com efeito caixa				187.499

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é composto da seguinte forma:

	Controladora	
	dez/21	dez/20
Quantidade de ações	68.265	45.889
Capital social	296.019	108.520

b. Reserva legal

O estatuto social da Sociedade prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

c. Reserva de incentivo fiscal

Suas controladas possuem benefício fiscal da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente a suas atividades fins. O processo de modernização foi comprovado perante à SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Sociedade recebeu dos analistas da SUDENE.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Sociedade tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto-Lei nº 1.598/77.

d. Reservas de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme Lei das Sociedade Anônimas. O saldo das reservas de lucros terá o destino que lhe for dado pelos acionistas em Assembleia Geral, após ouvida a Diretoria da Sociedade.

e. Dividendo mínimo obrigatório

A Diretoria da Companhia encaminhou proposta para Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto do parágrafo 4º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, proposta para não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios.

24 Receita operacional líquida.

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Receita operacional bruta	-	-	423.278	180.401
Deduções da receita				
(-) Vendas canceladas e descontos	-	-	(3.275)	(2.665)
(-) Fust e Funtel	-	-	(2.756)	(848)
(-) ISS	-	-	(2.616)	(642)
(-) ICMS	-	-	(26.452)	(6.888)
(-) PIS	-	-	(4.023)	(1.716)
(-) Simples nacional	-	-	-	(17)
(-) COFINS	-	-	(18.029)	(7.910)
Total deduções da receita	-	-	(57.151)	(20.686)
Receita operacional líquida	-	-	366.127	159.715

25 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Custos com serviços de terceiros (i)	-	-	(108.355)	(49.405)
Custos com pessoal	-	-	(35.757)	(14.124)
Depreciação e amortização	-	-	(38.293)	(16.229)
Outros custos	-	-	(2.568)	120
	-	-	(184.973)	(79.638)

- (i) Inclui custos com interconexão e uso de redes, materiais, custos com conexões, serviços de manutenção da planta, alugueis de postes, instalações, energia elétrica e outros.

26 Despesas gerais e administrativas, com vendas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Despesa com pessoal	(5.580)	(1.203)	(55.179)	(21.687)
Despesas com serviços de terceiros	(1.118)	(169)	(33.177)	(12.172)
Depreciação e amortização	(1)	(10)	(7.180)	(10)
Propaganda e publicidade	-	-	(13.342)	(4.984)
Outras despesas	(360)	(113)	(10.079)	(4.876)
Total	(7.059)	(1.495)	(118.957)	(43.729)
Vendas	-	-	(60.848)	(25.012)
Gerais e administrativas	(7.059)	(1.495)	(55.375)	(18.574)
Tributárias	-	-	(2.734)	(143)
Total	(7.059)	(1.495)	(118.957)	(43.729)

27 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Perdas na mudança de participação societária	-	(481)	-	(481)
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	-	312	14.758	3.725
Ganho e perda na alienação de ativos	-	-	476	(76)
	-	(169)	15.234	3.168

(i) Do valor acima apresentado R\$ 6.775 refere-se a ressarcimento de despesas.

28 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
<i>Receitas financeiras</i>				
Juros ativos	-	-	2.508	320
Variação cambial ativa	-	-	-	160
Rendimento de aplicações financeiras	461	242	5.801	537
Ganhos com derivativos	-	-	2.915	2.257
Descontos obtidos	-	-	1.194	459
Outras receitas financeiras	-	-	165	16
Total receitas financeiras	461	242	12.583	3.749
<i>Despesas financeiras</i>				
Juros passivos	(6)	(3)	(5.875)	(4.475)
Comissões e taxas bancárias	(1)	(37)	(3.183)	(405)
Variação cambial passiva	(56)	-	(320)	(2.257)
Perdas com derivativos	-	-	(1.544)	-
Descontos concedidos	-	-	(2.040)	(327)
Juros sobre empréstimos bancários	(16.556)	(2.172)	(37.515)	(11.764)
Juros sobre parcelamentos	-	-	(512)	(601)
Outras despesas financeiras	(70)	(23)	(4.948)	(2.128)
Total despesas financeiras	(16.689)	(2.235)	(55.937)	(21.957)
	(16.228)	(1.993)	(43.354)	(18.208)

29 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Lucro Líquido antes dos impostos	2.662	12.637	25.913	13.972
IRPJ e CSLL alíquota nominal de 34%	(905)	(4.297)	(8.810)	(4.750)
Equivalência patrimonial	905	4.297	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	(1.804)	-
IRPJ / CSLL lucro presumido controladas	-	-	(2.471)	(657)
Efeito ganho ação ICMS x PIS e COFINS	-	-	-	2.014
Outras adições / exclusões líquidas	-	-	(1.449)	2.061
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(14.534)	(1.332)
Incentivos fiscais - lucro da exploração (Sudene)	-	-	5.897	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(8.637)	(1.332)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	-	288	-
Ganhos não realizados com derivativos	-	-	210	-
Outros valores	-	-	376	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	874	-
Alíquota efetiva	-	-	33,33%	9%

b. Composição de saldos

	Controladora		Consolidado	
	dez/21	dez/20	dez/21	dez/20
Impostos correntes – ativo				
IRPJ a compensar	-	-	3.396	1.146
CSLL a compensar	-	-	358	257
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.754	1.403
Impostos correntes – passivo				
IRPJ a recolher	-	-	4.518	92
CSLL a recolher	-	-	2.155	777
Imposto de renda e contribuição social	-	-	6.673	869
Impostos diferidos – ativo				
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.673	-
Impostos diferidos – passivo				
Imposto de renda e contribuição social	-	-	218	-

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo acumula prejuízo fiscal no montante de R\$ 6.420.

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo tem exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

c. Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente:

31 de dezembro de 2021	Consolidado					
	Valor contábil			Valor justo		
	Custo amortizado	Valor justo resultado	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	120.160	-	120.160	-	-	-
Contas a receber de clientes	53.751	-	53.751	-	-	-
Aplicações financeiras	-	14.293	14.293	14.293	-	14.293
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.496	2.496	2.496	-	2.496
Total	173.911	16.789	190.700	16.789	-	16.789
Passivos financeiros						
Fornecedores	136.238	-	136.238	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	137.376	-	137.376	-	-	-
Debêntures	311.474	-	311.474	-	-	-
Dividendos a pagar	100	-	100	-	-	-
Passivos de arrendamento	36.556	-	36.556	-	-	-
Total	621.744	-	621.744	-	-	-

Mensuração do valor justo

Aplicações financeiras

Obtido a partir dos valores divulgados pelas instituições financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nos valores divulgados pelas instituições financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos utilizados para reduzir a exposição à volatilidade do câmbio de moeda estrangeira.

Instrumento	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo	Nocional	Valores
NDF – ativo	Fev/24					2.556
Swap cambial – passivo	Dez/22	US\$ + 5,7% a 5,9% a.a.	8,5% a 10,5% a.a.	(1.533)	6.380	(1.533)

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perdas financeiras para o Grupo, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de aplicações financeiras e de caixa e equivalentes de caixa do Grupo.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do setor e país em que opera. O Grupo registrou uma provisão para perdas para redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato cujos detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 8.

O faturamento do Grupo é substancialmente pulverizado.

O Grupo aplicou a abordagem simplificada apurando as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. O Grupo realizou estudo individualizado da composição dos saldos da carteira de clientes, realizando análises quantitativas e qualitativas, levando em consideração a experiência histórica de perda com clientes realizada.

As perdas esperadas dos ativos financeiros foram as seguintes:

	2021	2020
Perda esperada de contas a receber	(8.164)	(7.336)

Caixa e equivalente de caixa

A Administração do Grupo detinha Caixa e equivalente de caixa de R\$ 120.160 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 46.833 em 2020), ao qual são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Aplicações de Liquidez Imediata	2021	2020
CDB / Multimercado	114.240	46.139

As aplicações financeiras de liquidez imediata eram em CDBs e fundos de investimento multimercado, todos conservadores.

O Grupo considera que seu caixa e equivalente de caixa tem baixo risco de crédito (*impairment*) com base nos *ratings* de créditos externos das contrapartes.

Aplicações Financeiras

Em relação aos riscos de créditos relacionados às aplicações financeiras, R\$ 14.293 estão mantidos em bancos cuja classificação divulgada pela Moody's é BR-1 para curto prazo e Aa1.br para longo prazo.

Em vias de regra o Grupo procura manter maior parcela de suas aplicações em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+ conforme lista divulgada pela Fitch.

e. Risco de liquidez

A Administração do Grupo gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Passivos Financeiros	2021	2020
Fornecedores	136.238	64.665
Empréstimos e financiamentos	140.530	106.221
Debêntures	318.274	-
Passivo de arrendamento	36.556	12.089

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos Financeiros	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Fornecedores	93.228	25.806	17.204	-	-	-	-	136.238
Empréstimos e financiamentos	76.440	31.459	12.653	6.659	4.289	3.735	5.295	140.530
Debêntures	19.217	61.468	55.366	55.366	55.366	45.456	26.035	318.274
Passivo de arrendamento	17.453	5.430	3.380	2.758	1.774	1.296	4.465	36.556

f. Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente com taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar os valores dos seus passivos financeiros.

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui passivos que sofrem exposição para o câmbio, porém se encontram integralmente protegidas desde sua contratação em operações de SWAP.

(ii) Risco de taxa de juros

O Grupo pode ser impactado por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos do Grupo indexados pela taxa CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários) e pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre as aplicações financeiras que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI / IPCA utilizado pelo Grupo.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de dezembro de 2022.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de dezembro de 2022.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos no resultado financeiro das alterações das taxas de juros nos próximos 12 meses em cada cenário:

	Risco	Taxa de juros*	Saldo contábil em 31/12/2021	Cenário provável	Cenário Possível +25%	Cenário remoto +50%	Cenário Possível -25%	Cenário remoto -50%
Caixa e equivalente de caixa	100% CDI	12,25%	114.240	13.994	17.493	20.991	10.495	6.997
Aplicações financeiras	100% CDI	12,25%	14.293	1.751	2.189	2.626	1.313	875
Debêntures – Itaú	IPCA + 6,2%	11,76%	111.999	13.171	16.464	19.756	9.878	6.585
Debêntures – Bradesco	CDI + 1,7%	13,95%	199.475	27.827	34.784	41.740	20.870	13.913

*taxas calculadas com base nas expectativas de mercado para 2022 extraídas do Boletim Focus expedido pelo Banco Central em 18 de fevereiro de 2022.

31 Eventos subsequentes

Em 24 de março de 2022 os sócios da Companhia integralizaram os R\$ 70.000 remanescentes para aumentar capital na MOB Serviços de Telecomunicações e antecipar o último ato previsto para conclusão da aquisição da Fortel e cujos detalhes da combinação de negócio estão divulgados na nota explicativa 1.3.1.

* * *

Salim Bayde Neto
Sayde Diogenes Bayde
Representantes legais

Paulo Augusto Ferreira Gomes Silva
Diretor Financeiro

Karla Leise Ribeiro Accioly Rocha
Contador
CRC/CE 025193/O-0